

## A REPRESENTAÇÃO E PROTAGONISMO FEMININO NO 8 DE MARÇO NOS JORNAIS DA PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 - 1989)

Betina Carcuchinski<sup>1</sup>  
Cláudia Nandi Formentin<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** jornalismo; feminismo; estudos culturais; O Estado de S. Paulo.

### INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as mulheres lutam por espaços de fala e atuação dentro e fora do ambiente domiciliar. No século XIX esse movimento se intensificou. Desde lá muito se avançou, mas ainda há muito por fazer. Mesmo que conquistas tenham se concretizado, a crítica feminista de mídia ainda é um campo de investigação pouco explorado no Brasil.

Este artigo busca entender o que é representação, como ela acontece e como impacta no entendimento que se tem do que é ser mulher e feminista no Brasil. Esta pesquisa procura responder: como o jornal Estado de São Paulo representou entre 1985 e 1989 as mulheres e a luta democrática das feministas durante o 8 de março no país? Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral analisar que tipo de representação foi feita das mulheres no veículo durante o período, que espaço foi dado às notícias relacionadas ao tema e se o movimento feminista apareceu como pauta de relevância.

O objeto de estudo é o jornal O Estado de São Paulo, um dos veículos mais antigos do Brasil, fundado em 4 de janeiro de 1875 pela elite paulista, para a elite paulistana. A escolha foi norteada pelo tempo de história e pela disponibilidade dos materiais utilizados na análise. O Estadão, como é conhecido popularmente, possui um arquivo digital com todas as edições impressas do jornal, possibilitando a investigação de cada edição publicada durante o 8 de março, de 1985 até 1989.

### METODOLOGIA

Em relação à metodologia este trabalho tem natureza básica, abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios, e quanto aos procedimentos técnicos é bibliográfica e estudo de caso. A análise das edições antigas foi feita manualmente, por meio da seleção de notícias que se encaixavam nos quesitos da pesquisa.

### FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS E DISCUSSÕES

A representação resulta dos significados que existem na mente, quando estes são expressos por meio da linguagem. Hall (2016) aponta que existem dois sistemas de representação: 1) mapas conceituais e 2) sistemas de linguagem compartilhados.

De acordo com o autor, o primeiro sistema de representação, os mapas conceituais, é nativo da pessoa, fruto de conceitos e representações mentais carregados por ela. Esses conceitos podem ser sobre objetos reais - como uma mesa, um caderno, um lápis - ou não, tratando de elementos que não necessariamente se encontram de maneira tangível e são frutos da imaginação humana, como é o caso de anjos e demônios, por exemplo. Assim é possível entender e dar sentido às coisas por meio da representação que é feita delas, criando com isso um conceito sobre o objeto.

<sup>1</sup> Graduada no curso de Jornalismo, 2023-1. E-mail: [betinacarcuchinski@gmail.com](mailto:betinacarcuchinski@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora do Centro Universitário UniSATC. E-mail: [formentinnandi.claudia@gmail.com](mailto:formentinnandi.claudia@gmail.com)

Hall aponta que cada ser humano possui um mapa conceitual na mente sobre o mundo. O compartilhamento de conceitos comuns do mapa conceitual entre duas pessoas faz com que elas sejam parte de uma mesma cultura. Esse compartilhamento de conceitos é feito por meio da linguagem. Portanto, a linguagem é o segundo sistema de representação envolvido no processo global de construção de sentido. “Nosso mapa precisa ser traduzido em uma linguagem comum, para que assim correlacionemos nossos conceitos e ideias com certas palavras escritas, sons pronunciados ou imagens visuais” (HALL, 2016, p. 36 - 37).

O sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa representada, muito menos na palavra. Está dentro de quem faz a representação, o sentido é construído pelo sistema de representação daquela pessoa.

O sentido das coisas, a partir do entendimento de Hall (2016), é construído pela forma como elas são representadas, e pelos valores que lhes são embutidos. Esse sentido pode ser elaborado a partir das interações que o indivíduo faz, incluindo sua relação com o que é produzido pela mídia e o consumo de objetos culturais. O sentido muda historicamente e nunca é fixado de forma definitiva, dependendo de um processo ativo de interpretação. Os espectadores, leitores ou público sempre terão sua interpretação do que estão lendo, que nunca é exatamente o sentido dado pelo interlocutor, escritor ou outros espectadores (HALL, 2016).

A diferença também é algo apontado por Hall no seu livro sobre Cultura e Representação (2016). É por meio da diferença entre homens e mulheres, branco e preto, dia e noite, que se faz as representações e se dá sentido e significado para as coisas. Essa diferença é muito presente nos discursos de poder e pode ter um sentido ambivalente, podendo ser vista como algo muito bom ou muito ruim.

Os anos 1980 marcaram o Brasil com a volta da democracia, o nascimento do feminismo acadêmico e a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Conforme Pinto (2003, p. 72), foi este Conselho, entre 1985 e 1989, que “tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo”. Nesse contexto, nas eleições de 1985, “a maioria dos partidos apresentou propostas encaminhadas por grupos feministas” (HOLLANDA, 2018, p. 15).

O CNDM, apontam Schumacher e Ceva (2015), teve como uma de suas primeiras iniciativas a organização da campanha nacional chamada “constituinte sem mulher ficaria pela metade”, que tinha o objetivo de aumentar a representação feminina no Congresso Constituinte. Em 1986 o Conselho promoveu uma ação nacional para ouvir as sugestões de mulheres de todos os estados para a Constituição brasileira, que seria escrita com a participação popular. O debate resultou num encontro nacional em agosto de 1986, onde a chamada “Carta das Mulheres aos Constituintes” foi elaborada.

As mulheres do CNDM mantiveram sua presença e diálogo em diversas etapas do processo constitucional, conseguindo garantir 85% das reivindicações encaminhadas pelo movimento. Hollanda (2018, p. 15) afirma que nesse período de transição democrática, entre as décadas de 1980 e 1990, o feminismo construiu “fortes articulações com instituições políticas e organizações não governamentais”. A autora explica que “esse movimento procurava, sobretudo, o uso de ferramentas institucionais para pressionar a criação e a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres” (HOLLANDA, 2018, p. 15). Logo, o período histórico analisado por esta pesquisa foi marcado por um forte protagonismo feminino por mais direitos.

A partir das notícias disponíveis nas edições de 8 de março, de 1985 a 1989 do jornal Estadão, foi possível analisar as representações sobre o feminismo feitas pelo jornal.

As menções ao público feminino estavam presentes, assim como as pautas sobre a busca e atuação das mulheres por mais direitos. Porém, isso não aconteceu de maneira natural e na maioria das vezes adotou um tom factual; sem nenhuma ou com pouca contextualização, sem destaque no tamanho das notícias e sem citar o termo “feminismo” para definir a luta, principalmente nos primeiros anos da análise.

Só em 1989 foi observada uma mudança no veículo, que fez uma matéria especial para falar sobre o Dia da Mulher, trazendo um resumo sobre a história da luta por direitos das mulheres. A matéria abordou a busca feminina por igualdade, sem dar crédito ao movimento feminista, representando o termo feminista como algo polêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 80 foram uma época de grande movimentação política por parte do Movimento Feminista no Brasil. O tema com maior número de pautas com menção ao público feminino no jornal o Estado de São Paulo, de 1985 a 1989, era sobre política. Porém, o termo feminista quase não foi utilizado para representar e definir as ações e conquistas políticas das mulheres que se movimentavam naquela época.

Hall (2016) coloca as palavras como signos que representam conceitos e constroem sistemas de significado de uma cultura. A palavra é parte do sistema de representação. Ela detém um valor que depois é adicionado aos mapas conceituais e aos sistemas de linguagem compartilhados por uma cultura. A falta de associação entre o termo feminista e a conquista de direitos das mulheres pelas próprias mulheres, é uma forma de reforçar uma imagem pejorativa do movimento, assim como esvaziar os significados do que é ser feminista, reforçando estereótipos da luta num todo.

## REFERÊNCIAS

HALL, S. Cultura e Representação. Rio de Janeiro. Editora Apicuri. 2016.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de março de 1987. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870308-34363-nac-0001-999-1-not> . Acesso em: 22 maio 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de março de 1988. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880308-34671-nac-0001-999-1-not> . Acesso em: 22 maio 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de março de 1989. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890308-34983-nac-0001-999-1-not> . Acesso em: 22 maio 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. Mulheres no Poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. v. 1. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.